

**REVELAÇÕES DE UM MANUSCRITO**  
**ASPECTOS DA VIDA COTIDIANA EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA**  
**MINEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.**

Maria do Carmo Salazar Martins  
Pesquisadora do Cedeplar/UFMG

RESUMO

Este trabalho é baseado em um manuscrito inédito, escrito por um morador da cidade de Rio Novo, na Zona da Mata mineira.

O manuscrito, redigido em uma linguagem saborosa e permeado de expressões escandalosamente preconceituosas aos olhos do “politicamente correto” atual, revela um indivíduo sagaz e profundamente enraizado na sua época, imbuído dos padrões culturais prevalecentes no pequeno mundo de uma cidade interiorana de Minas Gerais na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Suas observações sobre as fazendas existentes na segunda metade do século XIX, a agricultura e pecuária, a escravidão, a abolição da escravatura e a imigração italiana, são ricas em informações que revelam aspectos interessantes da vida cotidiana da região.

**PALAVRAS CHAVE:** Cotidiano, Rio Novo, Agricultura, Abolição, Imigração

**ÁREA:** História Econômica e Demografia Histórica

**SESSÃO TEMÁTICA:** H 2- Família e Cotidiano em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX

REVELAÇÕES DE UM MANUSCRITO  
Aspectos da vida cotidiana em um município da zona da mata mineira na segunda  
metade do século XIX.

Maria do Carmo Salazar Martins<sup>#</sup>

INTRODUÇÃO

Recentemente foi-me entregue um manuscrito para ser transcrito e futuramente publicado<sup>1</sup> em que o autor descreve e tece conjecturas sobre quase um século de sua vida e do cotidiano da cidade em que nasceu e viveu.

O manuscrito, redigido em uma linguagem saborosa e permeado de expressões escandalosamente preconceituosas aos olhos do politicamente correto atual, revela um indivíduo sagaz e profundamente enraizado na sua época, imbuído dos padrões culturais prevalecentes no pequeno mundo de uma cidade interiorana de Minas Gerais na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Joaquim José Fernandes da Silva, ou Joaquim Fernandes, ou Quinca Fernandes, nasceu em 27 de julho de 1865 no sítio das Candeias, no distrito e paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo. Era filho de Joaquim José Fernandes e Ana Laudelina Fernandes.

Joaquim Fernandes foi enviado para a casa de seus tios, em 1876, para freqüentar a única escola existente nas redondezas. No fim de seis meses essa escola foi extinta terminando aí seu período de educação formal. Isso não impediu que ele se tornasse um grande escrevinhador e um funcionário público do estado de Minas Gerais. Quinca Fernandes exerceu em Rio Novo as funções de vereador nos exercícios de 1904 a 1906, Juiz de Paz a partir de 1908 e em 18 de setembro de 1921 assumiu o cargo de Coletor Estadual. Era um pequeno proprietário rural para os padrões da Zona da Mata mineira. Morreu em 1953, na cidade de Rio Novo.

Segundo seus parentes Joaquim Fernandes era um exímio contador de “causos”, bem ao estilo mineiro. Mas sua memória privilegiada e sua preocupação em transmitir para as gerações futuras o desenrolar dos acontecimentos à sua volta, impeliu-o a registrar no papel (é curioso que para suas anotações ele tenha utilizado livros de atas) tudo aquilo que seu pensamento julgasse digno de nota.

*É daqueles idos e saudosos tempos da minha infância que quero recordar alguns fatos e peripécias, para um dia os vindouros, sem o menor entusiasmo, perderem um pouco do seu precioso tempo, não pensando que vão encontrar uma obra que vai prender ou estimular sua atenção. Não, quero apenas deixar gravado o pouco*

---

<sup>#</sup> Pesquisadora do Cedeplar, UFMG.

<sup>1</sup> Agradeço a Hipérides Dutra Ateniense a cessão desse manuscrito.

*do que lembro daqueles remotos tempos, o que estou vendo hoje, aguardando o que ainda poderei ver neste último quartel da minha existência*<sup>2</sup>.

Embora tenham chegado até nós apenas três livros manuscritos (a maior parte foi queimada quando sua mulher morreu de tuberculose em 1942), a riqueza do material e, principalmente, a raridade de depoimentos contemporâneos sobre o cotidiano da sociedade oitocentista, transforma suas desprezíveis linhas em material importante para pesquisadores.

Não estamos falando aqui de história oral; muito menos de história oficial. É o depoimento de um contemporâneo, portanto, impregnado de sua visão particular, de seus preconceitos, de sua orientação política e de sua posição social como pertencente à elite da sociedade rio-novense. Compete ao pesquisador extrair desta obra as informações que achar mais pertinentes para seu estudo, ou, então, mergulhar de cabeça e tentar encarnar esse personagem marcante que foi Quinca Fernandes.

Os três livros de Joaquim Fernandes trazem, a guisa de títulos, os seguintes tópicos: Reminiscências de Outrora, Genealogia de Rio Novo e Planta Cadastral da Cidade de Rio Novo.

Neste pequeno estudo vamos nos concentrar em parte do livro Reminiscências de Outrora, sem desprezar as referências que nos interessam e que estão contidas nos outros dois livros. Buscamos, principalmente, informações sobre as fazendas existentes na segunda metade do século XIX, a agricultura e pecuária, a escravidão, a abolição da escravatura e a imigração italiana.

Antes, porém, devemos fazer uma ressalva. O manuscrito é carregado de expressões preconceituosas e adjetivos muito fortes, principalmente quando ele se refere aos negros e aos italianos. Optamos por conservar essas expressões, apesar de discordarmos delas, tanto para preservar o manuscrito, como porque acreditamos que elas refletem o pensamento da sua época. No entanto, evitamos citar, na medida do possível, os nomes daqueles indivíduos que ele trata de forma desrespeitosa, uma vez que seus descendentes estão vivos.

## O MUNICÍPIO DE RIO NOVO

Rio Novo é um município mineiro a que se chega partindo de Juiz de Fora e seguindo por uma estrada que é quase continuação da famosa Avenida Barão do Rio Branco por cerca de 50 quilômetros. Nesse trajeto passa-se por Ribeirão de Santo Antônio, Coronel Pacheco e Goianá, que foi elevada a Município há pouco tempo, desmembrado seu território da própria cidade de Rio Novo. No começo do século a ligação com Juiz de Fora se fazia também por um ramal de ferrovia, desativado há quase quatro décadas. Sua população estimada em 2004 era de 8.791 habitantes.

---

<sup>2</sup> Todas as expressões e trechos em itálico foram retiradas do manuscrito. Não nos é possível registrar a numeração das páginas e nem prestar maiores informações sobre título, data de edição e editora porque o livro ainda não foi publicado. Cópias do manuscrito podem ser consultadas na biblioteca do Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM – em Belo Horizonte.

Com a decadência da mineração na segunda metade do século XVIII, a busca de terras férteis para agricultura desencadeou um processo migratório na província de Minas Gerais que resultou no povoamento e conseqüente ocupação da Zona da Mata mineira.

Um grupo de fazendeiros se fixou na região de Rio Novo e deu início à capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A provisão desta capela tem a data de 17 de junho de 1800. Aí teve início a povoação de Rio Novo, também conhecida por Conceição do Rio Novo<sup>3</sup>.

De acordo com o autor, José Antônio Fernandes, seu avô paterno, era natural de Ouro Branco. Todos os seus filhos, *em número de uns dez ou doze*, eram rio-novenses. *José Antônio Fernandes e Dona Rita Clementina de São José, sua mulher e meus avós paternos, possiaram ou compraram a fazenda da Cachoeira no final do século XVIII ou no início do século XIX, na região onde hoje está situado o município de Rio Novo.*

O seu bisavô materno era um português que aqui aportou nos fins de 1700 e se casou com uma brasileira. Chamava-se Joaquim José Pereira da Silva. *Nesta época adquiriu a fazenda Boa Vista, não sei se possiando ou se comprou de outro posseiro mais antigo. Este casal foi o doador destes terrenos a Nossa Senhora da Conceição, para no mesmo ser fundado o arraial, o que se deu em fins de 1700 ou princípios de 1800.*

*Eu, que sou um dos bisnetos da doadora destes terrenos, e que não sou dos mais velhos, já conto setenta e nove anos, quando muito criança já ouvia meus pais e outros mais velhos do que eles, dizer que a primeira capela que foi erguida era coberta de capim sapé ou cavaco de pau (tabuinha) no mesmo lugar onde é hoje a sacristia. Anos depois é que foram descortinando e a população foi aumentando e fez uma capela já coberta por telhas ou ainda coberta de tabuinha que é a sacristia da atual matriz, um dos melhores e mais ricos templos da zona da mata.*

Esta informação contrasta com a de Waldemar de Almeida Barbosa<sup>4</sup>, que diz que a provisão para a capela foi obtida por Antônio Dias dos Reis e que, quando se cogitou da construção da dita capela, surgiu o problema do patrimônio. Um dos moradores, Francisco Geraldo, deu início a uma subscrição popular para adquirir os terrenos para o novo patrimônio, e construiu a nova capela. Informa também que à frente da obra dessa nova capela encontravam-se alguns fazendeiros, entre estes, Joaquim José Pereira da Silva, o bisavô de Quinca Fernandes.

Barbosa também afirma que, por provisão de 16 de junho de 1824, foi dada licença ao Capitão Joaquim José para usar a primitiva capela em Descoberto do Rio Novo. A capela da Santíssima Trindade, no distrito de Descoberto, era filial da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Novo<sup>5</sup>. Seria esse Capitão Joaquim José o bisavô de Joaquim Fernandes?

No entanto, segundo o autor citado, os arraiais de Rio Novo e de São João Nepomuceno surgiram na mesma época na margem do rio Novo, bem próximos um do outro. Nos dois arraiais foram erigidas duas capelas. A Capela de Cima pertencia ao arraial de Rio Novo e a Capela de Baixo ao arraial de São João Nepomuceno.

---

<sup>3</sup> - Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.284.

<sup>4</sup> Barbosa, 1995, p.284

<sup>5</sup> Barbosa, 1995, p.112. e Costa, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, p. 218.

A capela de Nossa Senhora da Conceição de Rio Novo foi elevada à paróquia pela Lei nº. 471 de 1º de junho de 1850 com a denominação de Conceição do Rio Novo e a freguesia foi elevada à vila pela lei nº. 1.644 de 13 de setembro de 1870. O município foi instalado em 4 de junho de 1871. A vila foi elevada à categoria de cidade pela lei nº. 1.877 de 19 de outubro de 1871<sup>6</sup>.

*Conservo a lembrança do então arraial, até 1870, quando naquele ano foi elevado à categoria de Vila e, logo no ano seguinte, 1871, à Cidade do Rio Novo Guardo uma pequena lembrança, na mesma ocasião, do decreto do Ministro José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) decretando a Lei do Ventre Livre.*

O município de São João Nepomuceno foi criado pela lei nº. 202 de 1º de março de 1841 compreendendo os distritos de Conceição do Rio Novo, Santíssima Trindade do Descoberto, Rio Pardo, Espírito Santo, Cágado, São José do Paraíba, Nossa Senhora Madre de Deus, Porto de Santo Antônio e Feijão Crú<sup>7</sup>. A paróquia de São João Nepomuceno foi criada pela lei nº. 209 de 7 de abril de 1841, compreendendo os curatos da Conceição do Rio Novo, Santíssima Trindade do Descoberto e Santo Antônio do Porto. A lei nº. 471 desmembrou o Curato de Conceição do Rio Novo elevando-o a paróquia. Em 9 de outubro de 1851 a lei nº. 542 suprimiu a paróquia de São João Nepomuceno e incorporou seu território à paróquia de Rio Novo.<sup>8</sup>

Apesar de parecerem contradições, as criações, supressões, desmembramentos e incorporações de municípios e paróquias apenas refletem a confusa política de divisão administrativa verificada na primeira metade do século XIX em Minas Gerais. Não importa se o patrimônio da primeira capela foi doado pelos familiares de Quinca Fernandes, ou se a nova capela foi erigida em outro terreno e por interferência de outros moradores; o certo é que os ascendentes de nosso autor estavam entre os primitivos povoadores da região. E também é natural que o autor enalteça a sua família.

## A POSSE DAS TERRAS

*Lembro e conheci alguns fazendeiros e sitiantes do então arraial, depois cidade, não falando de alguns, que já eram falecidos antes do meu nascimento. Os quais lembro por ouvir dizer pelos meus antepassados, como foram meus avós varões, Guarda Mor Manoel José da Silva e José Antônio Fernandes, este falecido em outubro de 1865, e aquele em outubro de 1866. Este dono da fazenda Boa Vista, e aquele dono da fazenda da Cachoeira, onde é hoje o povoado de Furtado Campos.*

Ao buscar a origem histórica dos municípios mineiros, Barbosa<sup>9</sup> faz uma longa descrição de Rio Novo e cita vários fazendeiros mencionados por Joaquim Fernandes, inclusive seus ascendentes. São eles: Major Joaquim José da Silva Ribeiro, José Antônio Ribeiro Diana, Domingos da Silva Espíndola, Antônio Dias Ladeira, Francisco das Chagas Werneck e José Ferreira Campos.

---

<sup>6</sup> Barbosa, 1995, p.284.

<sup>7</sup> Costa, 1970, p. 384

<sup>8</sup> Nunan, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1855. pp.189 e 195.

<sup>9</sup> Barbosa, 1995, p. 284.

Outros fazendeiros citados no manuscrito foram encontrados na lista nominativa de 1831 do distrito de São João Nepomuceno. São eles os fazendeiros Amaro Bitencourt e José Dias Moreira<sup>10</sup>.

Amaro Bitencourt tinha 34 anos, era casado, tinha 4 filhos e 17 escravos; 11 homens (6 africanos e 5 crioulos) e 6 mulheres (2 africanas e 4 crioulas). Em uma lista de São João Nepomuceno, de 1840, onde foram arroladas apenas as fazendas com o nome do proprietário e seus escravos, Amaro Bitencourt aparece com 27 escravos<sup>11</sup>.

*Divisando com a mesma fazenda, nas margens do Rio Novo, era dono da fazenda que é hoje dos filhos e genro do finado Chico Romão, o finado Amaro de Bitencourt, casado em segundas núpcias com Dona Joana, tendo diversos filhos do primeiro matrimônio e uma filha do segundo, que era Dona Eliza, viúva de Chico Romão.*

José Dias Moreira era fazendeiro, 38 anos, 4 filhos e 3 filhas, tinha 7 escravos (3 africanos, 1 crioulo e 3 crioulas). Na lista nominativa de Descoberto de 1839, o mesmo José Dias Moreira é encontrado com sua família e escravos<sup>12</sup>.

Os quadros abaixo demonstram como a mesma família, com a mesma fazenda, foi situada em dois distritos diferentes, quando se procederam aos arrolamentos da população de Minas Gerais em 1831 e 1839. Como já foi dito, o distrito de São João Nepomuceno era vizinho de Rio Novo. Já o distrito de Descoberto foi a princípio denominado de Descoberto de Rio Novo e, até 1865, pertencia à freguesia do Rio Novo<sup>13</sup>.

#### Quadro I

Família de José Dias Moreira em São João Nepomuceno em 1831					
Nome	Idade	Est. civil	Condição	Raça	Ocupação
José Dias Moreira	38	casado	livre	branco	agricultor
Maria Francisca	29	casada	livre	branco	s/inf.
José	12	s/inf.	livre	branco	s/inf.
João	8	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Francisca	10	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Ana	7	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Maria	5	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Antônio	2	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Jacinto	22	solteiro	escravo	crioulo	s/inf.
José	30	casado	escravo	africano	s/inf.
Francisco	34	solteiro	escravo	africano	s/inf.
Custódio	12	s/inf.	escravo	africano	s/inf.
Benta	25	casada	escravo	crioulo	s/inf.
Rita	8	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Luciano	4	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Teresa	1	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.

Fonte: APM, SP PP1/10, pasta 4, doc.15

<sup>10</sup> APM, MP, pasta 4, doc.15.

<sup>11</sup> APM, SP PP1/10, pasta 10, doc. 8.

<sup>12</sup> APM, SP PP1/10, pasta 10, doc.13.

<sup>13</sup> Barbosa, 1995, p.112.

## QUADRO II

Família de José Dias Moreira em Descoberto em 1838					
Nome	Idade	Est. civil	Condição	Raça	Ocupação
José Dias Moreira	43	casado	livre	branco	agricultor
Maria	34	casada	livre	branco	s/inf.
José	16	solteiro	livre	branco	s/inf.
João	14	solteiro	livre	branco	s/inf.
Ana	11	solteiro	livre	branco	s/inf.
Maria	9	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Antônio	7	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Balduína	3	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Francisco	1	s/inf.	livre	branco	s/inf.
Francisco	35	solteiro	escravo	africano	s/inf.
Jacinto	28	solteiro	escravo	crioulo	s/inf.
Custódio	19	solteiro	escravo	africano	s/inf.
Benta	25	casada	escravo	crioulo	s/inf.
Rita	16	solteiro	escravo	crioulo	s/inf.
Luciano	9	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Teresa	8	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Veridiana	6	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Felisberto	4	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.
Cleidina	1	s/inf.	escravo	crioulo	s/inf.

Fonte: APM, SP PP1/10, pasta 10, doc.13

O fazendeiro Domingos da Silva Espíndola também foi encontrado na lista nominativa de 1839 do distrito de Santo Antônio do Porto, com a idade de 65 anos, casado, morando com 4 filhos e 18 escravos, 13 homens (10 africanos e 3 crioulos) e 5 mulheres (4 crioulas e 1 africana)<sup>14</sup>. Isto coincide com o relato de Joaquim Fernandes de que esta fazenda fazia divisa com Santo Antônio do Porto, atual Astolfo Dutra.

Estes indivíduos são apenas alguns exemplos. Não foi possível localizar nas listas nominativas a família de Joaquim Fernandes.

Isto apenas confirma as nossas especulações a respeito das listas nominativas de que elas não podem ser estudadas individualmente como representantes totais de um distrito completo. A dificuldade do estabelecimento de limites geográficos e administrativos nesse período e os desmembramentos e incorporações constantes da primeira metade do século XIX nos indicam que ao utilizar as listas nominativas devemos optar por estudar regiões contíguas e não nos limitar ao estudo de um único distrito.

Segundo Joaquim Fernandes estas fazendas formavam *um meio mundo em terrenos*. Isto coincide com a fala do então Presidente da Província, Manoel Ignácio de Mello e Souza, quando ele reclama da dificuldade de se estabelecer uma divisão administrativa da Província, devido á inexatidão dos limites e dos mapas provinciais.

“Lembraí-vos Srs. que este inconveniente é comum a quase todas as nossas povoações; a descoberta do ouro, ou qualquer outro incidente atraiu o povo; a reunião

<sup>14</sup> APM, SP PP1/10, pasta 10, doc. 3.

fez a população, e esta dirigindo a cultura, ou suas especializações para um lado das matas, estendeu seu território, deixando outros por descortinar; enquanto os moradores da Povoação vizinha faziam outro tanto; por isso acham-se Distritos e Termos entranhados em outros...Da mesma forma se acham Paróquias, que ao princípio foram Capelas filiais eretas pelo capricho, ou devoção de particulares.”<sup>15</sup>

Independentemente da divisão administrativa, o texto de Joaquim Fernandes deixa transparecer a existência de uma migração interna na Província em busca de novas terras e de novas formas de sobrevivência – da mineração para a agricultura – e, ao mesmo tempo, a abundância de terras a serem desbravadas e *possiadadas* na região hoje conhecida como Zona da Mata.

Quando Joaquim Fernandes faz a genealogia das famílias rio-novenses, ele informa a proveniência do primeiro indivíduo de cada família a pisar em solo do arraial de Conceição do Rio Novo. A menção da origem de alguns desses primeiros povoadores, vindos de Ouro Branco, Queluz, Barbacena, Carmo do Japão, Rio de Janeiro e Portugal, etc, pode atestar esta migração, assim como o orgulho com que Fernandes fala da descendência desses desbravadores, todos cidadãos rio-novenses.

## AS FAZENDAS

*O meio mundo em terrenos* que Joaquim Fernandes menciona em seus escritos era cultivado pelo braço escravo, que todos os grandes fazendeiros possuíam em número considerável. Todos os escravos eram jovens, pois seus donos sempre tinham *boas escravas criadeiras*, bem como constante acesso aos traficantes de escravos, ou comboieiros, de quem adquiriam os negros africanos.

Quinca Fernandes não nos fornece um número preciso de quantos escravos os fazendeiros possuíam, mas seu manuscrito deixa perceber que esse número variava entre 6 e 15 escravos, o que corresponde ao padrão de posse de escravos do Termo de Mariana, em 1831, do qual a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Rio Novo fazia parte.

Em 1831, 32,9% dos fogos do Termo de Mariana, ao qual Rio Novo pertencia, ou seja, 2.271 fogos tinham escravos. Aqueles que possuíam apenas 1 escravo representavam 27,4% dos fogos; de 2 a 5 escravos representavam 40,5%; de 6 a 20, 26,6%.<sup>16</sup>

Havia também os grandes agricultores, com grande escravaria e centenas de alqueires de terra. Esses grandes proprietários, com mais de 50 cativos, representavam 0,7% e aqueles com mais de 100 atingiam o percentual de 0,1%, no mesmo Termo.<sup>17</sup>

Os fazendeiros não cultivavam todos os terrenos. Parte das terras permanecia como matas ou capoeirões cuja finalidade era manter uma reserva de terras boas e cultiváveis para daí a uns 50 anos. Obviamente esses mesmos fazendeiros sabiam que a

---

<sup>15</sup> Relatório apresentado ao Conselho Geral da Província no dia da sua instalação, 1º de dezembro de 1832.

<sup>16</sup> APM, listas nominativas de 1831-1832.

<sup>17</sup> APM, listas nominativas de 1831-1832.



forma utilizada para explorar a terra, com queimadas e derrubadas, esgotava o terreno depois de certo tempo. Mas, como eram donos de *meio mundo*, podiam se dar ao luxo de abandonar a terra arrasada e continuar em frente.

Muita terra e muito escravo era uma boa combinação para o desenvolvimento da região. O café começava a invadir a Zona da Mata, mas a maioria das fazendas não praticava a monocultura, como aliás aconteceu em Minas durante todo o ciclo cafeeiro. A partir da segunda metade do século XIX as estradas de macadame, como a União e Indústria e, posteriormente, as ferrovias, tornavam as viagens de indivíduos e o transporte de mercadorias mais confortáveis, rápidas e seguras.

Joaquim Fernandes cita algumas das maiores fazendas relacionando sua produção. Segundo o autor, o mais *potentado* de todos era o Capitão Manoel da Costa, que era dono de centenas de alqueires de terra, grande escravatura e grande criação de gado muar, cavalos, vacas, lanígeros, caprinos e suínos. Suas terras eram de uma enorme fertilidade e produziam muito milho, centenas de alqueires de feijão, muito arroz e um pouco de açúcar. Suas tropas de burros, *em número de cinco ou seis*, constantemente trafegavam de sua fazenda para a cidade de Rio Novo transportando mercadorias para comercializar no local e exportar para outras regiões através da estrada União e Indústria. Mas sua maior produção era a de muares, que criava, amansava e vendia na própria fazenda.

No entanto, o que nos chama a atenção no relato é a afirmação de que outros fazendeiros, na verdade genros do Capitão, tinham suas fazendas nos terrenos do sogro, significando que a divisão das terras tinha início em vida do proprietário, em outras palavras, do grande chefe. Eram eles Antônio Rafael, Antônio Joaquim de Oliveira e o já citado José Dias Moreira.

Também era este o caso na família de Joaquim Fernandes. O seu pai, logo que se casou fez sua *arrancharção* no sítio das Candeias, em terrenos da fazenda Boa Vista, de propriedade de seus avós. Havia em casa de seus pais, *além de bois de carro e umas vacas leiteiras, uma meia dúzia de carneiros e dois escravos africanos, Marcelino e Júlia, comprados dos comboieiros*. Seu pai se casou em 1858, quando o tráfico atlântico de escravos já estava proibido. A compra de escravos africanos neste ano só se explica pelo tráfico interno ou pelo contrabando.

Outro grande fazendeiro mencionado pelo autor era o Coronel Belchior. Esse exportava algum gênero, mas concentrava sua produção no café, cachaça e gado vacum. *Foi o responsável pela introdução do gado chinês na zona da Mata*.

Joaquim Fernandes não descreve como se cultivava o café. Mas se alonga bastante na sua narrativa sobre a cultura do milho e do feijão.

O plantio das roças de milho iniciava-se no mês de setembro e, no mês de novembro tinha lugar a capina das plantações de milho que devia ser completada antes do Natal. *O que não tivesse sido capinado até esse dia sofria uma crítica muito grande, caçoavam, debicavam, faziam versos, diziam que quem não tivesse capinado a roça até o dia de Natal não podia ir à missa do galo, só se fosse com a cabeça raspada, enfim pintavam o diabo*. Quem mais sofria com isso eram os sitiados e aqueles que tinham poucos ou nenhum escravo porque, se acontecia o serviço apertado, os grandes fazendeiros *arranjavam os escravos uns dos outros*. Se ainda fossem encontradas roças atoladas no mato na véspera do Natal, os trabalhadores ficavam sujeitos a gozações do tipo: *Ê! Fulano mata a mãe que o filho de saudade vai morrendo*.

Segundo Quinca Fernandes, enquanto ele era criança só havia o milho branco. O milho amarelo apareceu bem depois. Plantava-se o milho branco nos derribados e roçados e o amarelo na *terra crua, que era onde se tirava o feijão, terra que não passava pelo fogo*. Aqui fica uma interrogação: Se o milho amarelo só apareceu no final do século XIX e o feijão se tirava na terra crua, junto com o milho amarelo, então não se plantava feijão nos primeiros três quartéis do século? Ou a roça de feijão se fazia separada da do milho?

A partir de janeiro iniciava-se a capina para o plantio do feijão no mês de fevereiro. Esse era plantado a largura de três palmos, um pé do outro, e não se capinava a roça de feijão. Quando o terreno era fértil a rama do feijão subia no pendão do milho e vergava até o chão. Naquela época só se plantava o feijão de corda ou cipó. Só se conhecia o feijão preto. O feijão mulatinho e o feijão Porto Alegre apareceram no final do século XIX. Em maio ou junho arrancava-se o feijão ao mesmo tempo em que se colhia o milho. O serviço começava muito cedo, antes do sol esquentar; *quando era meio dia ou uma hora, mais ou menos, começavam a sovar o feijão, a negrada cantando um jongo<sup>18</sup> a moda deles*.

*Nesta ocasião já o milho estava guardado. Conforme era o fazendeiro tinha anos de colher duzentos, trezentos carros de milho. Quando o fazendeiro dizia: colhi cem ou duzentos carros de milho, era carro de vinte alqueires, mas medida de quarenta e oito litros por alqueire, quarta de doze litros e ia calculada até entornar.*

Quase todas as grandes fazendas produziam cereais e café. Os engenhos artesanais de pilar o café foram aos poucos sendo substituídos por máquinas mais modernas. Os antigos engenhos de preparar café tinham um maquinismo movido à água e roda motora. *Os fazendeiros limpavam milhares e milhares de arrobas de café, não só da sua fazenda como dos vizinhos que não tinham engenhos. Toda essa produção era transportada para os centros maiores no lombo de burros e pescoço de bois.*

*Passados anos bastantes é que começaram a aparecer as tais máquinas de preparar café, e só havia aqui em Rio Novo, três alemães que sabiam assentá-las, os quais eram João Knaip, Germano Alberto Júlio Rossim e Oto Buche. Depois é que os carpinteiros nacionais foram aprendendo e hoje há muitos maquinistas.*

Joaquim Fernandes nos forneceu uma relação das fazendas que tinham engenhos e máquinas de preparar o café no município de Rio Novo, que apresentamos no quadro a seguir.

---

<sup>18</sup> - variedade de samba, caxambu.

### QUADRO III

#### Fazendas e Proprietários de Engenhos e Máquinas de Preparar o Café

Nº	Fazendas e Proprietários	Tinham Engenhos	Têm Máquinas
1	Guarda Mor	sim	não
2	Chico Capitão	sim	não
3	Joaquim José da Silva Ribeiro	sim	não
4	Cândido Rodrigues	sim	sim
5	João da Cunha	não	sim
6	Belarmino Ladeira	sim	sim
7	Antônio Ladeira	sim	sim
8	Damazo	sim	sim
9	Francisco Dias Ladeira	sim	sim
10	Alferes Severino	sim	não
11	Canedo	sim	sim
12	Capoeirinha	sim	sim
13	Bom Jardim	sim	sim
14	Liberdade	sim	sim
15	Ildefonso de Gouveia	sim	sim
16	Otávio Ladeira	sim	sim
17	José Valentim Gouveia	sim	sim
18	Juca Diana	sim	sim
19	Antônio Canedo	sim	sim
20	Antônio Machado	não	sim
21	José Faustino	não	sim
22	Manoel Nunes	não	sim
23	Vicente Dutra	não	sim
24	Emídio Daniel	não	sim
25	Francisco Daniel	não	sim
26	Fernando Cândido Souza	não	sim
27	Babi Gomide	não	sim
29	Domingos Matos	não	sim
30	Ezequiel Guimarães	não	sim
31	José Neto	não	sim

Todas essas fazendas acima referidas *estavam em franca produção de cereais e café*. Mas as fazendas primitivas, como, por exemplo, as três primeiras, que pertenciam à família de Quinca Fernandes, não produziam mais café no final do século XIX, talvez porque não adotaram a nova tecnologia, resistindo às *tais máquinas de preparar café*.

O açúcar também era produzido em Rio Novo. Os engenhos de pau para processar a safra de cana existiam em quase todas as fazendas. O engenho de ferro era quase inexistente.

Joaquim Fernandes não conviveu com esses fazendeiros. Era muito criança. Mas ele se recorda dos grandes celeiros de Rio Novo, tudo com muita fartura e muito barato. É bem verdade que quando nosso narrador toca neste assunto, a nostalgia dos bons e saudosos tempos toma conta de seus escritos. *Havia mais sinceridade nas amizades havia anos que o tempo não corria muito favorável e havia falta de outros gêneros, todos sofriam relativamente às suas posses. Se um fazendeiro, ou mesmo um*

*sitiante, tinha falta de milho ou feijão, o outro lhe emprestava sem o menor ágio, para ser pago no ano seguinte. Precisava-se de um carroto com pressa, o seu vizinho mandava o carro e o carreiro sem lhe cobrar nada. Precisava-se de qualquer peça de madeira, aquilo não tinha preço.*

Os fazendeiros gastavam o necessário na fazenda, e as sobras eram vendidas, ou o mesmo fazendeiro as exportava para o Rio de Janeiro. Suas tropas de mulas, ou seus carros de bois, carregadas de toucinho, milho, café e outras mercadorias percorriam as estradas até o Rio de Janeiro e de lá voltavam trazendo fardos de fazendas e *outras bugigangas para os negociantes das poucas cidades que naqueles idos tempos haviam e estas supriam os arraiais e povoados que haviam.*

Muitos destes tinham seus comissários, com os quais faziam suas morosas transações. Dentre estes comissários, Joaquim Fernandes menciona a firma Castelhão & Cia<sup>19</sup>, utilizada por seu avô para exportação e comercialização de sua produção agropecuária.

A criação de porcos era tratada com o milho cru, ou azedo. O fubá, a mandioca, a batata doce, o inhame e outras raízes eram reservadas para alimentação dos lavradores, embora fossem muito boas para auxiliar na criação de porcos. *Não havia, nem por ouvir dizer, o farelo do trigo, do algodão, do coco, a batata inglesa. O trigo, se alguém, por qualquer motivo, falasse em plantar era tido como doido, porque era crença geral que, no Brasil, não dava.*

Quanto aos poldros, burros e mulas, além de alguma criação nas fazendas citadas, negociantes desta mercadoria levavam os animais para internada em fazendas de Rio Novo, onde ficavam durante um ou dois meses até a sua comercialização. *Os compradores escolhiam, ajustavam o preço, se quisessem ou pudessem compravam a vista, se era a prazo passavam um crédito: Devo que pagarei, com duas testemunhas; os que não sabiam ler ou assinar o nome assinavam de cruz com as duas testemunhas. O prazo era de ano que era a ocasião de ir ao campo buscar nova remessa de animais.*

Toda esta descrição de grandes fazendas produtivas, de abundância de mercadorias e dinamismo de mercado não é do tempo de Joaquim Fernandes, e sim de seus avós e pais e de seus contemporâneos. *Eu, apesar de chegar fora da hora, mesmo assim ainda encontrei os fragmentos de toda essa pagodeira.*

Ou seja, Rio Novo estacionou. O que aconteceu com suas grandes fazendas? Foram todas elas divididas e subdivididas entre herdeiros, vendidas aos pedaços, faltou mão de obra, ou simplesmente não conseguiu se adaptar aos novos tempos, à utilização de novas tecnologias utilizadas na agricultura e pecuária? Não agüentou a concorrência das regiões mais dinâmicas a sua volta, como Juiz de Fora, por exemplo, e empobreceu?

Na sua narrativa Joaquim Fernandes revela que em várias fazendas, inclusive na de seu avô Guarda Mor, os engenhos de café já não funcionavam durante a década de 1870. Ao mesmo tempo, a descrição pormenorizada que faz da divisão das terras entre herdeiros, da venda dos terrenos e da má administração de algumas fazendas, nos leva a pensar que o café já não era um negócio lucrativo no último quartel do século XIX no município de Rio Novo.

Mas, com uma frase que revela amargura e raiva, Joaquim Fernandes dá sua própria explicação: *Os terrenos hoje, em sua maioria, já velhos, fracos e cansados. Os escravos, o João Alfredo e a Princesa Isabel com o decreto de 13 de maio de 1888,*

---

<sup>19</sup> - segundo o *Almanaque Laemmert*, em 1844 existia uma loja de fazendas no Rio de Janeiro chamada Castelões e São Paulo

*mandou-os passear e a lavoura do café tem se desenvolvido com um crescimento precoce, mais à moda do rabo do cavalo.*

## A ABOLIÇÃO

Joaquim Fernandes, como vários representantes de sua época, tinha sentimentos conflitantes a respeito da Abolição. Ao mesmo tempo em que revela um sentimento humanitário (não se deve sujeitar os seres humanos ao cativeiro), a necessidade de mão de obra para os mais diversos serviços faz-lhe enaltecer os *idos e saudosos tempos* quando era fácil arranjar mão de obra.

*Quando em maio de 1888 houve a lei de 13 do mesmo mês, que deu a liberdade àqueles infelizes cativos, saíram todos das fazendas. Pareciam formigueiro no mês de outubro, quando soltam os exames. Em 1888, ano da liberdade dos cativos, foi uma verdadeira evasão de negros em todos os estados. Creio que em Minas Gerais, sobre todos os outros, parecia-me que havia maior número de cativos. Nos dois e três primeiros anos, os treze de maio pareciam tanajuras no mês de outubro, quando soltam o enxame. Eram uns para lá, outros para cá, com as caixas e esteiras na cabeça, uns procurando patrão, outros mudando de um lugar para o outro.*

A movimentação dos escravos libertos durou cerca de dois anos. Logo passaram a se fixar um pouco mais em fazendas e sítios e *foram se sujeitando aos patrões e assim vieram se amoldando ao novo regime. E vinha o Brasil e brasileiros numa marcha mais ou menos lenta.*

Joaquim Fernandes é bastante lacônico quando se refere à Lei de 13 de Maio de 1888. Ele apenas diz que foi um decreto humanitário. Mas ao dizer isto ele está se referindo aos bárbaros senhores de escravos que maltratavam seus negros, aprisionando-os e chicoteando-os com o bacalhau, enchendo-os de pancadas, crueldade e outros maus tratos além de deixarem os pobres cativos passarem fome.

Segundo o autor, a antiga casa da cadeia de Rio Novo devia se chamar *casa dos ais e do pranto*, porque ela é uma testemunha muda dos suplícios que foram infringidos aos escravos por senhores tiranos. *Haviam, muitas vezes, condenações de 300 ou 600 açoites ao pobre cativo que passava por aquele suplício muitas vezes com as carnes das nádegas já dilaceradas pelas repetidas vezes que o seu algoz lhe aplicava o bacalhau. Depois deste processo desumano muitos ainda eram banhados os ferimentos com molho de limão, pimenta e cachaça; diziam que era para não arruinar as feridas das nádegas do pobre negro.*

E, por esse motivo, ele achava justo que fugissem os escravos dos senhores cruéis e se escondessem em quilombos. Ao mesmo tempo se condoia da sorte dos quilombolas, escondidos nas perigosas matas cheias de animais bravios, como a onça, que tanto prejuízo causava aos pecuaristas e tanto medo aos habitantes daquela região ainda não totalmente desbravada.

*Fugiam sem o menor conforto, embrenhavam-se nestas florestas só com a esfarrapada e suja muda de roupa, sem a menor provisão de alimento, amedrontados de serem tragados pelas feras bravias, amedrontados de serem presos pelo tirano senhor....Muitas vezes via-se nas matas, principalmente nos dias chuvosos, ou de manhã bem cedo nas grutas da mata, uma fumacinha subindo, algumas vezes também*

*nos altos das serras, onde tinha alguma nascente de água. Ouvi, por mais de uma vez, os escravos de outros fazendeiros dizerem: aquilo é um calambola que está lá.*

Os fazendeiros deixavam estar lá esses quilombos. Só preparavam uma investida ou contratavam um capitão do mato quando suspeitavam que uma propriedade sua, um escravo fugido, pudesse estar se acoitando nesses quilombos vizinhos, localizados no alto das serras que circundavam suas fazendas.

Segundo ele os escravos deviam ser tratados com bondade. Assim era na sua família. *Poucos escravos suplantavam Madalena em todo e qualquer serviço, cozinhar, lavar, fazer doces, quitandas e outros serviços da roça. Esta crioula nunca tomou um tapa ou mesmo uma severa repreensão por causa de serviço. Tomou umas lambadas por ser um tanto malcriada, principalmente quando entrava um bocado no álcool, do qual ela gostava bastante. Tomar uma lambada era uma coisa à toa, era apenas uma forma de educar, tanto escravos como crianças livres.*

Sua visão paternalista e sua posição como súdito do Império brasileiro (da qual sentia muito orgulho), provavelmente o impediam de criticar abertamente a Lei Áurea. Em nenhum trecho de seu manuscrito ele se manifesta contra a Abolição. Nas entrelinhas podemos ler sua aprovação ao regime escravocrata, desde que os senhores de escravos cuidassem bem de suas propriedades porque, afinal, eram também seres humanos. Não admitia a crueldade.

É com um tom de  *censor da humanidade* que ele se refere a um fazendeiro que começou a progredir após casar com uma viúva rica<sup>20</sup>. Esse fazendeiro comprava terra, escravos e gado e *deixava de transparecer o seu entusiasmo e a grande dose de maldade com seus semelhantes. Escravos comprava de preferência os criminosos, os fujões e também comprava, quando lhe convinha o negócio, os que não fossem escravos ou fujões. Dentre as muitas compras que fez comprou em um comboio, ou no Rio de Janeiro, um crioulinho por nome João, natural do Estado da Bahia.* Esse João Baiano foi tão maltratado que se tornou um escravo fujão e, quando recapturado, pelo resto da vida trazia no pescoço um grosso argolão de ferro. Joaquim Fernandes se sentia extremamente ofendido com esse procedimento por parte do fazendeiro.

Ao mesmo tempo enaltece outro fazendeiro que, quando morreu, alforriou todos os seus escravos, deixando todos os nove alqueires de terra que possuía para os ex-cativos.

Mas, apesar se súdito fiel cumpridor das leis, ainda assim tece comentários indignados sobre a situação em que se viram relegados os fazendeiros. Segundo ele um dos pilares do Império, a agricultura, estava destruído.

Ou seja, a abolição causou muito estrago. *O lavrador perdeu quase que por completo a sua autonomia. Insufinou empregado contra patrão, implantou o comunismo no Brasil. Estamos com a miséria batendo na porta; o lavrador já não pode plantar o suficiente para suas despesas e sobrar para abastecer o mercado. Do que serve ganharem oito a dez mil réis por dia, o carpinteiro e pedreiro ganhando vinte, vinte e cinco e mais por dia, e não tendo o que comprar para a sua manutenção? Hoje o lavrador chegou a condições tais de não poder plantar um pé de mandioca, um pé de batata, nem inhame que foi sempre, e até hoje é, uma grande reserva, não só para nossa alimentação como um grande auxiliar na criação de porcos, que hoje está por menos de um terço.*

---

<sup>20</sup> A menção de viúvas ricas casando em segundas núpcias é uma constante no texto de Joaquim Fernandes. Ele próprio era casado com uma viúva.

Segundo Joaquim Fernandes não se encontravam mais trabalhadores como antigamente. Era um desrespeito só. Os trabalhadores não permaneciam muito tempo no local de trabalho, recusavam-se a permanecer no trabalho meia hora que fosse além da estipulada, e, assim que ganhavam um dinheirinho, saíam em busca de diversão e não pensavam no dia de amanhã. Eles chegavam ao ponto de escolher os senhores para quem gostariam de trabalhar.

No entanto, houve gente que ganhou com a abolição. Um certo português, dono de uma padaria e de um botequim alugava, por um mil réis, uma cama para os escravos passarem a noite. *. O seu colchão era um saco vazio, o travesseiro, ou almofada, era cheio com palha de milho ou palha de bananeira e ali o camarada roncava a noite toda. Em pouco tempo o [português] arranjou uns cobres que deu para fazer um chalé torto na Rua do Cruzeiro.*

## O PRECONCEITO RACIAL

Antes de abordar o tema do preconceito racial, bastante flagrante em todo o manuscrito, é preciso entender as distinções que Quinca Fernandes fazia com relação aos negros livres, forros e os *treze de maio*.

Os negros livres e forros que conseguiram se estabelecer por conta própria eram dignos de respeito, desde que tivessem ocupações em que o trabalho braçal era necessário. Na verdade ele elogia muito o trabalho de alguns pedreiros e carpinteiros livres e forros que foram responsáveis pela construção de belas residências e de prédios públicos em Rio Novo.

Entretanto, a humilhação sofrida por um negro livre, médico, em uma barbearia de Rio Novo ilustra o preconceito. Esse doutor, todo enfiotado, pediu ao barbeiro, um português *granfino*, que lhe cortasse a barba e o cabelo e recebeu uma negativa como resposta. *O cliente lhe retrucou: “eu sou negro, mas sou médico”. E o barbeiro: “não estou sabendo. Meus clientes vêm cabelo de negro aí e começam a fugir e eu não estou por isso”.*

O tratamento dado por esse mesmo barbeiro a um outro negro mal trajado foi um pouco pior. Assim que o negro sentou-se na cadeira do barbeiro, este encharcou as mãos com querosene, esfregou-as na sua cabeleira, pegou a caixa de fósforos e lhe disse: *“espera seu filho da ! a decência me manda calar que eu te incendeio agora mesmo”.* *O negro espirrou para a rua...parou e olhou para trás e o barbeiro da porta da loja disse: “tu ainda está olhando para trás seu macaco sem rabo”.* *E foi a primeira vez que eu ouvi chamar o negro de macaco sem rabo.*

Embora os dois tenham sido humilhados, ainda assim percebemos uma mudança de comportamento no que diz respeito a um rico e um pobre.

Já com os *treze de maio* Joaquim Fernandes não demonstra tanta condescendência. Principalmente quando ele menciona a *invencionice* de que os fazendeiros e o governo da república estavam conchavando para que a escravidão voltasse a ser implantada no Brasil. *E com esta pachachada os treze de maio tornaram-se muito audaciosos e até provocadores a certas pessoas.*

Sobre este assunto relata uma passeata em que tomaram parte cerca de uns quatrocentos ou quinhentos indivíduos, entre homens e mulheres, todos *treze de maio*, que surgiram na estrada de macadame, e começaram a insultar a povo que ali estava

reunido assistindo a um concerto na praça. *Os tais demônios nos insultando e a todos que ali se achavam.* A polícia interveio, houve luta, e foram presos os cabeças do motim, mas foi *um sururu dos diabos sem haver sangue.* Os prisioneiros foram soltos alguns dias depois. Foi uma lição bem dada porque nunca mais as pessoas de bem foram insultadas e não se fizeram mais revoltas.

Mas, ao mesmo tempo ele tece elogios ao trabalho dos *treze de maio* na construção da Capela do Rosário que, *com seus congados pelas ruas da cidade e as fazendas mais perto, cantando, pulando e angariando esmolas para a capela e o povo, quase que em geral, concorreu para tal fim.* Esta capela, como acima ficou dito, foi feita pelos *treze de maio*, como eram tratados todos os cativos que conheceram e tiveram a liberdade com o decreto de 13 de maio de 1888.

Joaquim Fernandes também entra em contradição no que diz respeito à miscigenação.

De um lado, como representante de sua época, defendia o embranquecimento da população brasileira. Dizia que a *transfusão de sangue pelo casamento* apurava a população. Algumas famílias já haviam progredido tanto que sua descendência, se não era branca, pelo menos tinha pouca dosagem de sangue negro. Menciona um caso ocorrido em sua própria família: *Balbina, diziam todos daqueles idos e saudosos tempos, que era uma mestiça muito bonita, era fula de cabelos corridos em tranças bem extensas. Neste tempo meu pai já era casado com minha saudosa mãe. Quando ela deu a luz a segunda filha, Balbina também deu a luz a uma caporinga que recebeu o nome de Eugênia. Ah Santo Deus! Meu pobre pai dançou o amendoim torrado, pois diziam todos da fazenda que Eugênia era irmã das duas minhas irmãs mais velhas e depois ficou sendo irmã de mais dez filhos que minha pobre mãe deu a luz, e todos estes filhos do pai de Eugênia, que ainda é viva e bem forte, apesar de carregar o peso de seus 76 ou 77 janeiros nas costas, todos nós irmãos a consideramos como irmã.*

Por outro lado dizia que a raça branca estava se acabando no Brasil: *De modo que o brasileiro vai ficando uma raça sem raça, um mesclado de branco com preto, como estamos vendo quase que diariamente a desigualdade em cor no casamento, moças brancas casando com mulatos escuros, cabelo carrapicho, como vemos crioulos pretos como a graxa casando com mulatas claras, cabelo corrido. Pergunto ao meu paciente leitor: qual a causa dessa disparidade? No meu pensar que é falta de coragem dos rapazes, com medo que as moças têm do tiismo, de ficar para titia, vão pegando qualquer que aparece.*

Essa aparente contradição apenas reflete a cultura de uma época em que ainda não existia o “politicamente correto”. Acostumada a conviver com a idéia da supremacia da raça branca, a aceitar a escravidão, a enxergar o negro como um ser inferior e/ou uma mercadoria e, ao mesmo tempo, se condoer com aqueles pobres seres destituídos de liberdade e de cidadania, a população brasileira mostrava sentimentos conflitantes.

Era uma época de transição, em que mudanças sociais e culturais estavam começando a acontecer. Foi um período sofrido até mesmo para a população livre pobre. A perda do status social desta população gerava conflitos, muitas vezes resolvidos pela força bruta. Isso ocorria porque, do ponto de vista legal, já não havia distinção entre o pobre e o ex-escravo, e, principalmente, entre o pobre branco e o negro. O poder dos “grandes” sobre outros seres humanos agora teria que ser exercido de maneira diferente daquela que havia imperado durante quase três séculos. Mas estes comportamentos ainda estavam por demais arraigados na cultura nacional para serem



bruscamente mudados. Na verdade, os comentários de Joaquim Fernandes fazem-nos lembrar conversas de nossos avós.

## A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Joaquim Fernandes era absolutamente contra a imigração italiana. Esses imigrantes não eram mais escravos, negros africanos, mas brancos livres, europeus, com pretensões de se estabelecerem em fazendas próprias, ou de montarem indústrias. Portanto representavam uma ameaça aos grandes da terra, já decadentes, pois poderiam desestabilizar a estrutura social e econômica da região.

*Dizem os jornais que é certo vir para o Brasil uma grande quantidade de famílias italianas (imigrantes). Péssima medida; vem acabar com o resto de tudo quanto nos resta, pois o brasileiro deve estar cansado de saber que o italiano não é um amigo, com raras exceções. Quando ele dá um ovo ao patrão já guardou três ou quatro para si. Quem for um pouco perspicaz ou observador, que veja se é assim ou não. Não quero passar por censor de defeitos de quem quer que seja e nem também ser fiscal do governo, orientando-o ou estimulando-o a fazer isto ou aquilo, não tenho estas pretensões por conhecer a minha incapacidade, mas me sinto mal e pesaroso, em ver este descontrole neste país, do qual me orgulho em dizer que sou filho. Como todo brasileiro de bom raciocínio também deve sentir-se diante de uma catástrofe que nos ameaça! Eu e meus contemporâneos, os poucos que restam, se têm a felicidade de guardar na memória, devem recordar o que foi Rio Novo a cinqüenta ou sessenta anos atrás. Os fazendeiros quase todos tinham seus engenhos de preparar o café, o qual, naqueles idos e saudosos tempos, fazia parte dos três baluartes do Brasil Império, e mesmo depois de república nos primeiros anos, os quais eram terra, escravidão e lavoura cafeeira.*

Enquanto eram simples trabalhadores que se agrupavam no mercado da cidade à espera de contratação pelos fazendeiros, (isso entre 1888 e 1890), os italianos até que eram bem recebidos. Nesse período a escassez de mão de obra ocasionada pela Abolição, podia ser suprida por esses trabalhadores estrangeiros. A imagem dos italianos reunidos num mesmo local à espera de trabalho nos traz a lembrança o mercado do Valongo.

Entretanto, quando houve a grande imigração de famílias italianas para os estados de Minas Gerais e São Paulo a repulsa dos fazendeiros e sitiantes provocou alguns conflitos.

Na verdade, já no ano de 1884, quando começaram a chegar os *intrusos*, houve uma epidemia de varíola na região que foi debitada aos italianos e espanhóis. *Naquele ano veio uma grande imigração italiana e espanhola para o Brasil e, não sei se por falta de quarentena nos tais intrujões, ou se já havia no Rio de Janeiro e ali apanharam a tal varíola (bexiga), e o certo é que apareceu na fazenda de Paiva e outras mais com a chegada dos tais intrusos e ficaram [quase todos] contaminados da tal moléstia.*

Joaquim Fernandes se refere a um desses italianos que não conseguiu se estabelecer em Rio Novo, porque os moradores da cidade se mostraram contrários à sua permanência no município. Esse italiano *procurou meia de café em muitos fazendeiros e sitiantes, mas estes tinham mais medo dele do que de um bexiguento.* Não arranjando lugar no município de Rio Novo teve de ausentar para outro município. Esse senhor se

instalou no município vizinho, Guarani, onde montou uma fábrica de rapadura e uma fábrica de queijo.

Quinca Fernandes admite que esse italiano era honesto e trabalhador, mas, em forma de anedota, o responsabiliza pela morte de alguns cidadãos idosos em Rio Novo. *Lá um belo dia, nos fins de julho ou princípios de agosto, apareceu o [italiano] anunciando a venda de rapadura com amendoim. Ah santo Deus! Os velhos de Rio Novo fizeram um alvoroço com a alvissareira notícia do produto estimulante da decadência ou frouxidão das molas de seus automóveis por acharem-se esgotados os tambores de gasolina e as nascentes não produzirem mais o precioso óleo que lubrifica a engrenagem enferrujada pela ação do tempo. O pior da festa é que três dos companheiros, que eram de oitenta anos para cima, com a nova e alvissareira notícia sofreram um choque traumático e não resistiram.* Alguns outros senhores, citados nominalmente no manuscrito, também não resistiram e faleceram.

As últimas páginas do livro ao qual demos o título provisório de Planta Cadastral de Rio Novo são dedicadas a falar mal dos italianos. Essas páginas têm a data de 30 de outubro de 1939. Ou seja, já passados sessenta anos das primeiras incursões de italianos na cidade, o preconceito contra os *intrujões* continuava forte.

Suas vituperações diziam respeito à invasão de terras, roubo de dormentes da ferrovia, assassinatos e outros crimes. *Enfim, são estes tratantes, ladrões, que querem achincalhar os vizinhos e avançar no alheio com os arroubos aladroados próprios de tais ordinaríssimos sem vergonhas.*

## CONCLUSÃO

O manuscrito de Joaquim Fernandes nos interessa, principalmente, como o depoimento de um indivíduo que viveu inúmeras e importantes transformações no sistema econômico, político e social brasileiro. Desde a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, a Abolição, a Proclamação da República, a Revolução de 1930 e as duas grandes guerras mundiais.

Embora tenhamos explorado apenas alguns poucos aspectos do depoimento de Joaquim Fernandes, seu manuscrito é muito mais rico no que diz respeito ao cotidiano da sociedade rio-novense, além de exibir comentários seus sobre a política nacional e internacional, como os acontecimentos que desencadearam na Proclamação da República, a anexação do estado do Acre, as estripulias de Antônio Conselheiro e do *bandido Lampião*, e o assassinato de líderes europeus.

Suas descrições de acontecimentos festivos na cidade de Rio Novo, como as cavalhadas, celebrações de casamentos e aniversários, e retretas musicais, junto com os comentários sobre as casas de prostituição e os bêbados e loucos mansos que percorriam o município, nos dão uma clara visão de como era a vida mundana dessa região interiorana de Minas no século XIX e primeira metade do século XX.

A vida política também está presente no manuscrito. O sistema eleitoral da primeira república é pormenorizadamente descrito, assim como os conchavos e as brigas entre os líderes políticos locais.

A vida religiosa também é alvo de seus comentários. Há ali referências sobre o descumprimento dos padres aos preceitos religiosos e às leis civis.

A aplicação da justiça e julgamentos de alguns crimes, tanto de escravos como de indivíduos livres, algumas vezes copiadas diretamente dos autos, contém informações interessantes para o estudioso.

Para aqueles interessados em genealogia, a exposição minuciosa de Joaquim Fernandes sobre as famílias que habitaram Rio Novo é preciosa.

Aqueles interessados em patrimônio histórico edificado podem se debruçar sobre o livro que denominamos Planta Cadastral de Rio Novo em 1953. Aí ele descreve rua por rua, e casa por casa, inclusive com a data da construção e quem as construiu.

Enfim, os três livros manuscritos que chegaram até nós são de uma riqueza que não deve ser desprezada pelo pesquisador.